



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Relatório INSP-2020-0151
BI-2020-0080

1 – Dados da inspeção

Data: 23/10/2020

Hora: 9h30

Tipo: Ação Direta

Âmbito: Regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente – Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto; Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: Paulo M. Pires

Outros inspetores da IRA: Luís MAS. Machado

Diligências realizadas:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, no âmbito da campanha de inspeções a instalações abrangidas pelo regime jurídico de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas, instituído pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto.

De modo a garantir a presença e disponibilidade de interlocutor habilitado a prestar os esclarecimentos necessários, a inspeção foi previamente comunicada ao operador.

O operador fez-se representar na inspeção pelo responsável do estabelecimento e do sistema de gestão do ambiente, qualidade e segurança (AQS), Eng. Manuel Sousa, e por dois técnicos do sistema de gestão AQS, Eng. Dino Pereira e Eng. Rui Sequeira.

A inspeção consistiu na consulta de documentação e registos relacionados com a exploração do estabelecimento e com a prevenção de acidentes graves, na obtenção de esclarecimentos por parte dos interlocutores presentes e na visita às instalações.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com toda a legislação aplicável.

2 – Estabelecimento inspecionado

2.1 – Operador

Firma: SAAGA - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, SA

NIPC: 512000549

Sede: Rua Maestro Edmundo Machado Oliveira n.º 22

Código Postal: 9500-732

Freguesia: Santa Clara

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: Ilha de São Miguel



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

2.2 – Estabelecimento inspecionado

2.2.1 – Dados gerais

Nome: Parque de GPL da Nordela

Endereço: Rua Maestro Edmundo Machado Oliveira n.º 22

Código Postal: 9500-732

Freguesia: Santa Clara

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: Ilha de São Miguel

Atividade: 52102 - Armazenagem não frigorífica

Período de funcionamento Das 8h00 às 17h00, de 2ª a 6ª

Licenciamento da atividade: Licença de exploração n.º 3/2016, de 04/11/2016, emitida pela Direção Regional da Energia



Figura 2.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2.2.2 – Enquadramento no regime de prevenção de acidentes graves

Substâncias perigosas potencialmente presentes no estabelecimento ^{a)}:

Identificação da substância perigosa	Categoria (parte I, anexo I, DL 150/2015)	Substância Designada (parte II, anexo I, DL 150/2015)	Quantidade máxima (t)
Butano (GPL)	P2	n.º 18 – Gases inflamáveis liquefeitos, categoria 1 ou 2	1427
Gasóleo (I)	P5c, E2	n.º 34 – Produtos petrolíferos e combustíveis alternativos	2
Etilmercaptano (I)	P5a, E1		0,15

^{a)} Apenas são mencionadas as substâncias relevantes para efeitos do anexo I do DL 150/2015.

Início de atividade: 1971

Enquadramento no DL 150/2015: Estabelecimento existente - al. f) art. 3.º

Classificação quanto à perigosidade: Estabelecimento de nível superior

Integra grupo de efeito dominó? ☐ Não

☒ Sim - SAAGA, Bencom e Petroaçores



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

2.2.3 - Atividades exercidas, relacionadas com substâncias perigosas

Atividade	Descrição sumária da atividade												
Receção de substâncias perigosas	<p>O GPL é recebido por gasoduto (uma linha de 6” e uma linha de 4” de reserva) a partir de navio butaneiro atracado no porto de Ponta Delgada. A receção é feita com os recursos humanos e materiais do próprio estabelecimento e com apoio de um piquete dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, seguindo as especificações do Porto para a receção de produtos petrolíferos.</p> <p>Em média é realizada uma receção de produtos por mês.</p>												
Armazenagem de substâncias perigosas	<p>O GPL recebido do navio butaneiro é odorizado com etilmercaptano imediatamente antes de ser armazenado em três reservatórios esféricos, aéreos. Normalmente existe também uma quantidade variável de GPL armazenado em vasilhame (parque de garrafas) a aguardar expedição. Pode também existir GPL armazenado em dois carros cisterna, de operador externo, parquados no estabelecimento.</p> <p>No quadro seguinte encontram-se identificados os reservatórios fixos existentes no estabelecimento, a respetiva capacidade e o produto armazenado.</p> <table><tr><th>Reservatório</th><th>Capacidade (m³)</th><th>Produto</th></tr><tr><td>Esfera B1</td><td>1100</td><td>Butano</td></tr><tr><td>Esfera B2</td><td>250</td><td>Butano</td></tr><tr><td>Esfera B3</td><td>1100</td><td>Butano</td></tr></table>	Reservatório	Capacidade (m³)	Produto	Esfera B1	1100	Butano	Esfera B2	250	Butano	Esfera B3	1100	Butano
Reservatório	Capacidade (m³)	Produto											
Esfera B1	1100	Butano											
Esfera B2	250	Butano											
Esfera B3	1100	Butano											
Utilização / transformação de substâncias perigosas	<p>No estabelecimento existe uma estação de enchimento de garrafas, com uma linha de enchimento em carrocel para as garrafas de tipologias G-26, G-24 e G-22 e linhas de enchimento fixas para as restantes tipologias. Todas as garrafas são previamente inspecionadas, sendo rejeitadas as que não reúnem os requisitos necessários.</p> <p>Existe ainda uma eira de enchimento de carros cisterna para distribuição de GPL a granel.</p> <p>O estabelecimento está dotado de uma estação de bombagem (fase líquida e fase gasosa) para a movimentação do butano entre reservatórios e entre os reservatórios e a zona de enchimento de garrafas e de carros cisterna.</p>												
Expedição de substâncias perigosas	<p>O GPL é expedido em garrafas, acondicionadas em grades, e a granel em carros-cisterna. Para apoio à movimentação das garrafas no interior do parque o operador dispõe de empilhadores.</p>												
Operação e manutenção de infraestruturas e equipamentos	<p>As atividades relacionadas com a operação normal do estabelecimento, tais como descarga de navios, enchimento de garrafas, e pequenos trabalhos de manutenção, são executadas pela SAAGA.</p>												



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

2.2.4 – Alterações relevantes desde a última inspeção

Âmbito	Descrição sumária das alterações relevantes desde a última inspeção (10/12/2019)
Gestão / negócio	Sem alteração.
Pessoal	Substituído um operador por baixa temporária.
Tecnologia / equipamentos	Sem alteração.
Instalações / envolvente	Sem alteração.
Alteração substancial? (art. 25.º DL 150/2015)	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim

3 – Verificação das obrigações associadas aos instrumentos de prevenção

As referências feitas no presente capítulo à APA, à IGAMAOT e à ANPC devem entender-se como sendo feitas às entidades regionais competentes na matéria, respetivamente, a Direção Regional do Ambiente (DRA), a Inspeção Regional do Ambiente (IRA) e o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA).

3.1 – Comunicação da informação (anterior notificação)

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador comunica, através de formulário, que inclui os elementos definidos no anexo II do DL 150/2015, nos seguintes casos: i) Novo estabelecimento, previamente ao início da construção ou de alteração que implique a modificação de inventário; ii) Outro estabelecimento, no prazo de seis meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido pelo DL 150/2015.	n.º 1, art. 14.º DL 150/2015	Não aplicável	Estabelecimento existente.
b) O operador atualiza a comunicação previamente à ocorrência das seguintes situações: i) Alteração substancial de um estabelecimento sempre que haja alteração da informação constante da comunicação; ii) Alteração da classificação de substâncias perigosas presentes, por via da alteração legislativa ou por autotransferência, sempre que implique uma alteração do enquadramento do estabelecimento, de nível inferior para superior ou vice-versa; iii) Alteração da informação constante das alíneas a), b) e c) do anexo II ao DL 150/2015.	n.º 2, art. 14.º DL 150/2015	Cumprido	Foi efetuada uma atualização da comunicação em 02/08/2016. Entretanto não ocorreram alterações que implicassem a atualização da informação.



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) O encerramento definitivo ou desativação do estabelecimento é comunicado previamente pelo operador à APA, I. P., e à IGAMAOT e, no caso de estabelecimento de nível superior, também à ANPC, apresentando uma declaração que ateste a data a partir da qual deixa de haver presença de substâncias perigosas no estabelecimento.	n.º 3, art. 14.º DL 150/2015	Não aplicável	Não estava previsto o encerramento definitivo do estabelecimento.

3.2 – Política de prevenção de acidentes graves

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador define uma política de prevenção de acidentes graves, que deve constar de documento escrito.	n.º 1, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Foi evidenciado documento escrito com data de 17/03/2014. Encontrava-se divulgada através de afixação no estabelecimento e publicação no site da empresa.
b) A política de prevenção de acidentes graves deve ser proporcional ao perigo de acidentes graves e incluir: i) Os objetivos e princípios de ação gerais fixados pelo operador, nomeadamente a garantia de um nível elevado de proteção da saúde humana e do ambiente; ii) O papel e a responsabilidade da gestão de topo; iii) O empenho na melhoria contínua do controlo dos perigos de acidentes graves.	n.º 2, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Evidenciado no documento.
c) A política de prevenção de acidentes graves é revista e, se necessário, atualizada: i) De cinco em cinco anos, considerando, se aplicável, a informação disponibilizada pelos operadores dos estabelecimentos de grupo de efeito dominó; ii) Sempre que se introduza no estabelecimento uma alteração substancial.	n.º 4, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	A política é revista anualmente no âmbito da revisão anual do sistema. Na reunião de revisão pela gestão efetuada em 07/05/2019 foi considerado que o conteúdo da política era válido e adequado pelo que a mesma não foi alterada.

3.3 – Relatório de segurança

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador de estabelecimento de nível superior elabora e submete o relatório de segurança, nos seguintes casos: i) Novo estabelecimento, previamente ao início da construção ou de alteração de inventário de substâncias perigosas da qual decorra que o estabelecimento passe a ser de nível superior, tendo em atenção o disposto no artigo seguinte; ii) Outro estabelecimento, no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido pelo DL 150/2015.	n.º 1, art. 18.º DL 150/2015	Não aplicável	Estabelecimento existente.



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
b) O operador de estabelecimento de nível superior revê e, se necessário, atualiza o relatório de segurança, e submete a versão atualizada ou partes atualizadas do mesmo, nas seguintes situações: i) Previamente à introdução de uma alteração substancial do estabelecimento; ii) Periodicamente de cinco em cinco anos; iii) Na sequência de acidente grave; iv) Sempre que novos factos ou conhecimentos o justifiquem, por iniciativa do operador ou a pedido da autoridade ambiental.	n.º 2, art. 18.º DL 150/2015	Cumprido	A revisão do relatório de segurança – edição de dezembro de 2019 – foi remetida à DRA em 24/01/2020.
c) O operador não pode iniciar a construção do estabelecimento ou a execução da alteração substancial antes da aprovação do relatório de segurança.	n.º 10, art. 19.º DL 150/2015	Não aplicável	
d) Se da revisão do relatório de segurança o operador verificar não ser necessária a sua atualização, deve apresentar a fundamentação dessa opção.	n.º 3, art. 18.º DL 150/2015	Não aplicável	
e) No caso de aprovação condicionada do relatório de segurança e suas atualizações, o operador deve cumprir as condições constantes do parecer.	n.º 2, art. 19.º DL 150/2015	Cumprido	O relatório de segurança foi aprovado conforme comunicado ao operador através do ofício SAI-DRA/2020/2170, de 15/05/2020. Nesta comunicação a DRA identificou seis aspetos a corrigir / esclarecer. À data da inspeção o operador ainda não tinha dado resposta ao solicitado. Tal veio a ser efetuado no dia 19/11/2020.

3.4 – Auditoria ao sistema de gestão da segurança

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador apresenta à APA, I. P., até 30 de abril de cada ano, um relatório de auditoria, relativo ao ano anterior, que ateste a conformidade do sistema de gestão de segurança do estabelecimento.	n.º 1, art. 20.º DL 150/2015	Cumprido	O relatório da auditoria realizada em 11/03/2020 foi remetida à DRA em 23/04/2020.
b) A auditoria é obrigatoriamente realizada por verificadores qualificados pela APA, I. P.	n.º 2, art. 20.º DL 150/2015	Cumprido	A auditoria foi realizada pelo verificador n.º 20 (ao serviço da SGS).

3.5 – Plano de emergência interno (PEI) / plano de emergência interno simplificado (PEIS)

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador elabora o plano de emergência interno/Plano de emergência interno simplificado de acordo com as orientações fixadas pelas autoridades ambiental e de proteção civil, nos seguintes casos: i) Novo estabelecimento, previamente à entrada em funcionamento; ii) Outro estabelecimento, no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido.	n.º 1, art. 22.º DL 150/2015 n.º 1, art. 23.º DL 150/2015	Não aplicável	Estabelecimento existente.



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
b) Os trabalhadores e o pessoal relevante contratado a longo prazo que preste serviço no estabelecimento de nível superior são consultados pelo operador para efeitos de elaboração e da atualização do plano de emergência interno.	n.º 2, art. 22.º DL 150/2015	Cumprido	
c) Os planos de emergência internos e os planos de emergência internos simplificados são revistos e, se necessário, atualizados: i) Pelo menos de três em três anos; ii) Previamente à entrada em funcionamento de uma alteração substancial.	n.º 4 e 5, art. 21.º DL 150/2015	Cumprido	A revisão do PEI foi concluída em dezembro de 2019.
d) O plano de emergência interno e o plano de emergência interno simplificado são colocados à disposição da APA, I. P., da ANPC, da IGAMAOT, da câmara municipal e da entidade licenciadora, coordenadora ou competente para a autorização do projeto, sempre que solicitado.	n.º 3, art. 22.º DL 150/2015 n.º 2, art. 23.º DL 150/2015	Cumprido	

3.6 – Plano de emergência externo

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador de estabelecimento de nível superior fornece à ANPC, de acordo com as orientações fixadas por essa autoridade, a informação necessária à elaboração do plano de emergência externo, nas seguintes situações: i) Novo estabelecimento, previamente à entrada em funcionamento; ii) Outro estabelecimento, no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido.	n.º 2, art. 24.º DL 150/2015	Não aplicável	
b) A informação necessária à elaboração do plano de emergência externo é revista e, se necessário, atualizada: i) Pelo menos de três em três anos; ii) Previamente à entrada em funcionamento de uma alteração substancial.	n.º 4 e 5, art. 21.º DL 150/2015 n.º 3, art. 24.º DL 150/2015	Cumprido	Na sequência da revisão do relatório de segurança foi remetida nova informação ao Serviço Municipal de Proteção Civil da Câmara Municipal de Ponta Delgada em 15/06/2020, para efeitos de elaboração do plano de emergência externo.

3.7 – Exercícios de aplicação dos planos de emergência

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador deve realizar os seguintes exercícios de aplicação dos planos de emergência: i) Plano de emergência interno: no mínimo, uma vez por ano; ii) Plano de emergência Interno simplificado: no mínimo, de dois em dois anos; iii) Exercícios conjuntos dos planos de emergência de estabelecimentos que integrem um grupo de efeito dominó: no mínimo, de três em três anos.	n.º 1, art. 27.º DL 150/2015	Cumprido	Realizou um exercício em 09/12/2019 e tinha agendado um novo exercício para o dia 18/11/2020. O exercício de 2020 será realizado em conjunto com os restantes estabelecimentos que integram o grupo de efeito dominó.
b) Os exercícios de aplicação dos planos de emergência devem ser comunicados à APA, I. P., à ANPC, à IGAMAOT e à câmara municipal, com uma antecedência mínima de 10 dias.	n.º 3, art. 27.º DL 150/2015	Cumprido	O exercício a realizar em 2020 foi comunicado no dia 29/10/2020.



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) A câmara municipal realiza exercícios de aplicação do plano de emergência externo, no mínimo de três em três anos, e comunica a sua realização à APA, I. P., à ANPC, à IGAMAOT, com uma antecedência de 10 dias.	n.º 2, art. 27.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.8 – Estabelecimentos de efeito dominó

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) No prazo de 30 dias, após a comunicação da APA, I. P., o operador envia aos demais estabelecimentos integrados no seu grupo de efeito dominó a informação com o seguinte conteúdo mínimo: i) Descrição das atividades desenvolvidas; ii) Inventário de substâncias perigosas e informação sobre a sua perigosidade, designadamente as fichas de dados de segurança; iii) Representação em carta dos cenários de acidentes cujo alcance atinja os estabelecimentos que integram o grupo de efeito dominó, a qual é de carácter facultativo para os estabelecimentos não enquadrados no nível superior.	n.º 3, art. 26.º DL 150/2015	Cumprido	Em março de 2020 foi remetida informação atualizada aos estabelecimentos do grupo de efeito dominó.
b) O operador tem em conta a informação disponibilizada pelos estabelecimentos identificados em grupos de efeito dominó, nomeadamente a relativa à natureza e extensão do perigo global de acidente grave, na sua política de prevenção de acidentes graves, no sistema de gestão da segurança, no relatório de segurança, no plano de emergência interno e na informação necessária à elaboração do plano de emergência externo.	n.º 5, art. 26.º DL 150/2015	Cumprido	Em fevereiro de 2019 recebeu informação atualizada dos estabelecimentos do grupo de efeito dominó a qual foi tida em consideração para a revisão do relatório de segurança e do plano de emergência interno.

3.9 – Avaliação de compatibilidade de localização

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador requer a avaliação da compatibilidade, acompanhado de um estudo das zonas de perigosidade do estabelecimento nas seguintes situações: i) Projeto de implantação de novo estabelecimento; ii) Projeto de alteração substancial.	art. 8.º e 9.º DL 150/2015	Não aplicável	Estabelecimento existente.
b) No caso de decisão favorável condicionada, o operador deve cumprir as condições estabelecidas.	n.º 3, art. 8.º DL 150/2015	Não aplicável	
c) O operador não pode iniciar a construção do estabelecimento ou a execução da alteração antes de decisão da APA, I. P., que ateste a compatibilidade de localização dos projetos.	n.º 4, art. 8.º DL 150/2015	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

3.10 – Cadastro de zonas de perigosidade

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador envia, através de formulário, proposta fundamentada das zonas de perigosidade associadas ao estabelecimento, nos seguintes prazos: i) Até um ano, a partir data de entrada em vigor do DL 150/2015 no caso de estabelecimento existente de nível superior; ii) Até dois anos, a partir data de entrada em vigor do DL 150/2015 no caso de estabelecimento existente de nível inferior; iii) Até à entrada em funcionamento, no caso de alteração substancial que não implique um aumento dos perigos de acidente grave, de forma a atualizar a informação constante do cadastro, nomeadamente no caso da desativação de instalações; iv) Até 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido pelo DL 150/2015, no caso de outro estabelecimento.	art. 12.º DL 150/2015	Cumprido	Foi remetido um primeiro formulário à Direção Regional do Ambiente em 03/08/2016. Foi enviada nova informação em 04/12/2017 com cenários atualizados de acidentes.

3.11 – Informação ao público

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador elabora, divulga e mantém disponível ao público de forma permanente, nomeadamente por via eletrónica, a informação constante do anexo VI.	n.º 1, art. 30.º DL 150/2015	Cumprido	O formulário estava disponível na página de internet www.saaga.pt .
b) A informação prevista no número anterior é atualizada sempre que necessário, nomeadamente quando ocorra uma alteração substancial do estabelecimento.	n.º 2, art. 30.º DL 150/2015	Cumprido	O documento datava de 06/03/2020.

3.12 – Responsabilidade ambiental

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Cumprido	Apólice de seguro da AIG Europe válida até 01/04/2021.



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

4 – Implementação da política de prevenção de acidentes graves

4.1 – Garantia de meios e estruturas adequados

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador é responsável pela implementação da política de prevenção de acidentes graves, garantindo a existência de meios e estruturas adequadas e de um sistema de gestão da segurança para a prevenção de acidentes graves (estabelecimento de nível superior) ou sistemas de gestão adequados (estabelecimento de nível inferior). O sistema de gestão de segurança deve ser proporcional aos perigos, às atividades industriais e à complexidade da organização do estabelecimento e basear-se na avaliação dos riscos. O sistema de gestão de segurança integra a parte do sistema de gestão geral que inclui a estrutura organizacional, as responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos que permitem determinar e pôr em prática a política de prevenção de acidentes graves.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	O operador tinha implementado um sistema de gestão da segurança para a prevenção de acidentes graves. O sistema foi auditado em março de 2020, conforme previsto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, tendo sido considerado conforme. O operador tinha também implementado um sistema de gestão integrado da qualidade e da segurança no trabalho segundo os referenciais normativos NP EN ISO 9001 e NP EN ISO 45001. Todos os sistemas funcionavam de forma integrada e consistente, sob a alçada do responsável AQS apoiado por dois técnicos AQS.

4.2 – Organização e pessoal

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Funções e responsabilidades do pessoal envolvido na gestão dos perigos de acidentes graves a todos os níveis da organização em conjunto com as medidas destinadas a reforçar a sensibilização para a necessidade de melhoria contínua. Identificação das necessidades de formação desse pessoal e organização dessa formação. Participação do pessoal, incluindo subcontratados a operar no estabelecimento, relevante do ponto de vista da segurança.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	O operador definiu as funções e responsabilidades do pessoal a todos os níveis da organização (organograma geral e organograma da estrutura de segurança). Definiu também as funções e responsabilidades específicas do pessoal envolvido na prevenção de acidentes graves. No âmbito do processo 05 – Gestão de recursos humanos, foi elaborada uma instrução de trabalho específica sobre a formação (IT 05.05), que estabelece, nomeadamente, o modo de elaboração do diagnóstico das necessidades de formação e do plano de formação, bem como a execução do plano e a avaliação da sua eficácia. Foi analisado o plano de formação de 2020 bem como a respetiva execução.



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

4.3 – Identificação e avaliação dos perigos de acidentes graves

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos para identificação sistemática dos perigos de acidentes graves que possam surgir em condições normais e anormais de funcionamento, incluindo atividades subcontratadas, se relevante, e avaliação da probabilidade de ocorrência desses acidentes e da sua gravidade.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	No âmbito da revisão do relatório de segurança (versão de dezembro de 2019) foi realizado um novo estudo aprofundado de identificação de perigos e análise de riscos por parte de uma entidade externa (INERCO). Este estudo, que aborda a análise preliminar de perigos, seleção e análise de cenários de acidentes, a avaliação de medidas de prevenção, controlo e mitigação, constitui o capítulo 7 do relatório de segurança. Para além deste estudo aprofundado, é realizada uma identificação e avaliação sistemática de riscos de acidentes graves em conformidade com a instrução de trabalho IT 10.07, a qual está sujeita a revisão anual. A última revisão foi efetuada em janeiro de 2020.

4.4 – Controlo operacional

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos e instruções para o funcionamento em condições de segurança, incluindo operações de manutenção, processos, equipamento, gestão dos alarmes e paragens temporárias; tendo em conta as informações disponíveis sobre melhores práticas em matéria de monitorização e controlo para reduzir o risco de falha do sistema; gestão e controlo dos riscos associados ao envelhecimento do equipamento existente no estabelecimento e corrosão; inventário do equipamento do estabelecimento, estratégia e metodologia para monitorização e controlo do estado do equipamento; seguimento apropriado e quaisquer medidas necessárias.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	O operador tinha definidos e implementados vários procedimentos escritos aplicáveis às atividades realizadas, incluindo os processos de exploração e os processos de manutenção, inspeção e ensaios de infraestruturas, sistemas e equipamentos. Os procedimentos abrangem, nomeadamente: a) Gestão das infraestruturas e ambiente de trabalho; b) Gestão da integridade mecânica; c) Realização do produto (exploração); d) Autorizações de trabalho; e) Trabalhos realizados por empreiteiros. Verificou-se a implementação de medidas de melhoria dos aspetos identificados na inspeção anterior, designadamente a substituição dos manómetros dos compressores de GPL e a inventariação das válvulas de segurança no programa de manutenção. Os detetores de chama e de gás já se encontravam em funcionamento mas ainda não tinham sido comissionados pelo fornecedor.



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

4.5 – Gestão das modificações

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos para o planeamento das modificações a introduzir ou para a conceção de uma nova instalação, processo ou local de armazenagem.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	O operador tinha implementado um procedimento para planeamento, implementação e controlo de modificações. As modificações podem ser de 4 tipologias diferentes: condições técnicas ou processuais (tipo 1); instalações e equipamentos (tipo 2); recursos humanos (tipo 3); envolvente (tipo 4). Em 2020 foram abertas 3 modificações temporárias, sendo duas relacionadas com recursos humanos e uma com condições técnicas e processuais.

4.6 – Planeamento de emergências

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos para identificar emergências previsíveis através de uma análise sistemática, e para preparar, testar e rever planos de emergência a fim de responder a essas emergências, proporcionando formação específica ao pessoal em causa. Essa formação deverá ser dada a todo o pessoal que trabalhe no estabelecimento, incluindo o pessoal subcontratado relevante.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	A identificação das emergências previsíveis resulta da avaliação de riscos, que é revista periodicamente, sendo as mesmas incluídas no plano de emergência interno o qual também está sujeito a revisões periódicas. O operador elabora anualmente um plano de treinos e simulacros para preparar a resposta às emergências previsíveis. Em 2020 realizou exercícios de treino mensalmente, com exceção do mês de julho.

4.7 – Monitorização de desempenho

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos destinados a uma avaliação contínua do cumprimento dos objetivos fixados pelo operador no âmbito da política de prevenção de acidentes graves e do sistema de gestão da segurança e introdução de mecanismos de investigação e de correção em caso de não cumprimento. Os procedimentos devem englobar o sistema de comunicação de acidentes graves ou de incidentes, nomeadamente os que envolveram falha nas medidas de proteção, e a sua investigação e acompanhamento, com base nas lições aprendidas. Os procedimentos podem também incluir indicadores de desempenho, nomeadamente em matéria de segurança, e outros indicadores pertinentes.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	O operador tinha implementados procedimentos para a monitorização do desempenho, os quais permitiam acompanhar os objetivos estabelecidos. O plano de monitorização era avaliado trimestralmente. Continha indicadores associados aos processos e indicadores associados ao sistema AQS.



SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

4.8 – Auditoria e revisão

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos destinados à avaliação periódica e sistemática da política de prevenção dos acidentes graves e da eficácia e adequação do sistema de gestão da segurança. Revisão documentada dos resultados da política e do sistema de gestão da segurança e a sua atualização pela gestão de topo, incluindo a consideração e integração das alterações necessárias, resultantes da auditoria e da revisão.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	O estabelecimento tem vindo a realizar auditorias com periodicidade anual no âmbito dos sistemas de gestão da qualidade e segurança (interna e externa) e no âmbito do sistema de gestão da prevenção de acidentes graves (externa). Está ainda sujeito à realização de outras auditorias e verificações externas, de periodicidade variável ou não definida, designadamente por parte de clientes e entidades oficiais. A revisão pela gestão é efetuada anualmente, sendo os resultados da apreciação vertidos em ata. A última reunião de revisão foi realizada no dia 10/03/2020.

5 – Irregularidades e infrações detetadas

Não foram detetadas irregularidades.

6 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas:

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☒ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: Envio do relatório à Direção Regional do Ambiente para conhecimento.